


**Contribuições da memória para a gestão da conservação:
o caso do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti
em Pernambuco, Brasil**


Paulo José de Albuquerque Marques da Cunha

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPE), Recife, Pernambuco, Brasil
Doutorando em Desenvolvimento Urbano – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),
Recife, Pernambuco, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-1149-7019>
E-mail: arqpaulocunha@gmail.com

Tomás de Albuquerque Lapa

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-1763-1004>
E-mail: thlapa@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar limites e possibilidades da memória no processo de apropriação dos valores e significação dos bens patrimoniais, contribuindo para a fundamentação de ações de conservação em parques históricos urbanos. Como objeto de estudo, adota o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, localizado na Região Metropolitana do Recife, enfatizando seus conflitos sócio-territoriais e a relação entre os atores e os bens patrimoniais. No cerne da questão, estão os valores atribuídos ao lugar. A reflexão desenvolvida utiliza-se do conceito de memória, inserindo-o no debate da conservação urbana acerca dos valores patrimoniais. Dinâmica em sua essência, a memória se apresenta como lastro sob o qual os atores envolvidos fazem suas escolhas, sendo estas condicionadas às suas culturas, suas necessidades e deficiências. Desse modo, para formulação de suas ações, a Conservação Urbana precisa atentar ao fato de que os valores patrimoniais estão em permanente ressignificação.

Palavras-chave: Memória; Parques históricos; Conservação urbana; Valores patrimoniais; Ressignificação.

Memory contributions to conservation management: the case of the Armando de Holanda Cavalcanti Metropolitan Park in Pernambuco, Brazil

Abstract: This article aims to identify the limits and possibilities of memory in the process of appropriating the values and significance of heritage assets, contributing to support conservation actions in urban historic parks. The Armando de Holanda Cavalcanti Metropolitan Park, located in the Metropolitan Region of Recife, is taken as an object of study, in a way to emphasize its socio-territorial conflicts and the relationship between the actors and the patrimonial assets. At the heart of the matter are the values assigned to the place. The reflection developed takes the concept of memory, inserting it in the urban conservation debate about heritage values. Dynamic in its essence, memory presents itself as ballast under which the actors involved make their choices, which are conditioned to their cultures, needs and deficiencies. Thus, it appears that in order to formulate its actions, urban conservation needs to pay attention to the fact that patrimonial values are in permanent resignification.

Keywords: Memory; Historic parks; Urban conservation; Patrimonial values; Resignification.

Texto recebido em: 1º/11/2019**Texto aprovado em: 19/05/2020**

Introdução

O presente artigo busca contribuir com elementos conceituais para alimentar o debate sobre os limites e possibilidades das ações de conservação, em parques históricos urbanos, tomando como estudo de caso o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti-PMAHC, situado na Região Metropolitana do Recife. Dessa forma, espera-se esclarecer o processo de produção do espaço, focando em seus conflitos sócio-territoriais, com ênfase na relação entre os atores e os bens patrimoniais. Para tanto, a reflexão ora proposta incorpora questões filosóficas e socioculturais para construir um lastro conceitual que contribua para amenizar os descompassos entre o processo de ordenamento territorial e a gestão da conservação.

Para compreensão da realidade de conflitos, o artigo apoia-se na Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre que, em 1973, construiu uma ‘triade dialética’ para explicar a relação dos sujeitos com o lugar, assim como as transformações às quais tanto sujeitos quanto o lugar estão submetidos. No curso da análise, busca aprofundar a compreensão do conceito de significância, assim como os processos de atribuição de valor, que elegem os bens existentes como patrimônio a ser legado às gerações futuras. Desse modo, o conceito de memória contribui para que se compreenda como os sujeitos atribuem valor e significado ao lugar e como a relação entre as pessoas e os bens patrimoniais é dinâmica e sujeita a constantes ressignificações.

O Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti situa-se no litoral sul do Estado de Pernambuco, no município do Cabo de Santo Agostinho, integrante da Região Metropolitana do Recife-RMR. Seu reconhecimento formal se deu em 1979 e, em 1993, foi tombado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco-FUNDARPE, que é o órgão estadual responsável pela gestão do patrimônio histórico. Sua utilização como objeto empírico de análise da temática é bastante oportuna, uma vez que, no Parque, os conflitos entre residentes e gestores públicos são constantes.

De 1975, quando o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife-PDI/RMR ressaltou a necessidade de um Plano de Preservação Ambiental Urbana para a área já tombada pelo IPHAN, até os dias atuais quando a gestão do Parque passou a ser responsabilidade do Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros-SUAPE, as inúmeras ações conservacionistas produziram poucos resultados positivos (CUNHA, 2017, p. 4).

Paulatinamente, o patrimônio material vem sendo deteriorado, ao mesmo tempo em que as memórias vão sendo perdidas. Apesar da abnegação de alguns órgãos públicos na missão preservacionista, pouco se conseguiu fazer para estancar a deterioração dos bens edificados, da paisagem e da memória do lugar. Ao contrário, o conflito entre os atores tem se intensificado. De um lado, os gestores estão empenhados na proteção dos bens e do território e, do outro, os residentes lutam pela apropriação do espaço para expandir suas ocupações.

Diante desta realidade, o artigo busca na Teoria da Produção do Espaço, de Henri Lefebvre, subsídios para compreender como o espaço modifica o sujeito e é modificado por ele. Além disto, concentra-se no conceito de Significância Cultural, adotado pela Conservação Integrada, para compreender como ela pode auxiliar na elaboração de diretrizes, planos e ações para o Parque. Dessa maneira, apoiado nas teorias de valor cultural e no conceito de memória, busca compreender o complexo processo por meio do qual os sujeitos atribuem significado aos bens elegendo-os dignos de proteção e transmissão às futuras gerações.

Breve histórico, ocupação e conflitos sócio-territoriais

1. Bens históricos, naturais e edificados

O Parque Armando de Holanda Cavalcanti corresponde a um promontório, com área de 270 hectares, cuja face litorânea é delimitada pelas Praias de Gaibu, Calhetas, Nazaré, Paraíso e Suape (Figura 1). Em seu território, encontram-se várias construções históricas militares e religiosas.

A ocupação do seu território confunde-se com a própria história da ocupação do país. No processo de tombamento do Cabo do Santo Agostinho, apresentado pelo órgão de preservação estadual¹, há relatos de que entre 1501 e 1502, após o descobrimento oficial do Brasil por Pedro Álvares Cabral, a Caravana comandada

por Américo Vespúcio foi a primeira com objetivo específico de percorrer o litoral brasileiro e demarcar suas coordenadas geográficas.

Esse acidente geográfico determinava não o ponto mais saliente do continente sul-americano, porém o mais importante para os navegadores do século XVI, em suas rotas no Atlântico Sul (FUNDARPE, 1982, p. 53).



Fonte: Secretaria Imprensa/Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, 2004.

FIGURA 1

Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, face norte

165

Em meados de 1630, boa parte do embarque do açúcar para Portugal, assim como o abastecimento da Capitania em armas e munições eram feitos pelo Porto de Suape. Tal fato fez com que a região do Cabo de Santo Agostinho se tornasse a segunda área mais fortificada de Pernambuco, perdendo apenas para o Recife. Com o objetivo de defender o continente, foram erguidas várias edificações militares na localidade que hoje corresponde ao Parque. A primeira edificação construída foi o Forte Castelo do Mar (Figura 2). Inicialmente, em 1630, configurava-se como baterias primitivas, com a finalidade de defesa do acesso ao Porto. Como apoio, na sua retaguarda, um pouco mais acima do promontório, foi construído o Quartel para guarda de material bélico e pólvora. Em meados 1632, outras baterias foram erguidas: as de São Jorge, das quais permanecem apenas as ruínas de sua base, e a de Calhetas, em situação parecida (FUNDARPE, 1982, p. 62). Em meados de 1633, ‘os portugueses iniciaram a construção do Forte do Pontal, concluído depois pelos holandeses, que o chamaram Van der Dussen’ (FUNDARPE, 1982, p. 63), ou ‘Water Kasteel’, traduzido como Forte Castelo do Mar.



Fonte: SEPLAN/Cabo, 2000

FIGURA 2**Forte Castelo do Mar**

Fonte: SEPLAN/Cabo, 2000

FIGURA 3**Igreja de Nossa Senhora de Nazaré**

No alto do promontório, destaca-se o conjunto edificado de Nazaré. Trata-se das construções mais antigas existentes no município. É formado pelo pequeno Vilarejo de Nazaré, as ruínas da Capela Velha, a Igreja de N. Sra. de Nazaré, as ruínas do Convento Carmelita (Figura 3), o Farol Novo e as ruínas da Casa do Faroleiro. De acordo com a FUNDARPE (1982), não se tem registro sobre a data exata da construção da Igreja de Nazaré, tombada pelo IPHAN². Entretanto, há registro de navegadores espanhóis que fazem referência à sua existência em meados de 1597.

Em um roteiro de navegação escrito em 1597 ele se refere ao cabo de Santo Agostinho; e anotou: “tem em cima uma ermida branca” e mais adiante repete ‘na ponta do Cabo, está uma ermida que parece uma vela branca’ (FUNDARPE, 1982, p. 64, grifos do autor).

Geologicamente, a região do Cabo apresenta importante valor científico. Trata-se da única região do território brasileiro na qual é possível encontrar afloramentos de rochas graníticas do período cretáceo, durante o qual ocorreu a divisão entre os continentes sul-americano e africano. “Há cerca de 102 milhões de anos, a região do Cabo de Santo Agostinho foi palco de um intenso magmatismo que deixou uma vasta exposição de rochas” (CUNHA, 2017, p. 8). A existência de área aflorante com aproximadamente 4 km² indica que “o granito foi formado durante a separação do mega continente Gondwana e a consequente abertura do Oceano Atlântico” (SIAL, 1976. Apud. GUIMARÃES, 2013, p. 34).

A beleza cênica do litoral constitui o principal atrativo turístico no perímetro do Parque. As praias de Calhetas (Figura 4), Gaibu, Santo Agostinho e Paraíso

recebem bom número de visitantes. “A Praia de Calhetas é âncora de atratividade turística e tem repercussão nacional” (CUNHA, 2017, p. 8). Tal atividade tem provocado transformações recentes no lugar. Bares, pousadas e outros imóveis foram construídos, informalmente, de maneira dissimulada. Além disso, o poder público local implantou infraestrutura como pavimentação, iluminação e sinalização.



Fonte: SEPLAN/Cabo, 2002.

FIGURA 4
Praia de Calhetas

2. Um espaço repleto de conflitos

Para Schmid (2012, p. 91, grifos da autora), o ‘espaço “em si mesmo” jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico’. Este entendimento é também o ponto inicial da nossa análise sobre o Parque e seus conflitos, uma vez que o espaço onde está assentado o Parque só toma sentido na medida em que é ocupado e visitado. Dessa maneira, é constantemente modificado e modifica as pessoas.

Dentre as recentes alterações físicas do lugar, o aumento do número de construções habitacionais e comerciais é o que mais tem acarretado mudanças e conflitos. Devido ao processo de adensamento e expansão nas praias de Gaibu e Suape, nos últimos anos o número de moradias multiplicou-se rapidamente. Ao se transitar pelo Parque, não é difícil perceber construções sendo iniciadas. A necessidade dos ocupantes por moradia e serviços tem transformado a paisagem e, ao mesmo tempo, condicionado a percepção dos moradores sobre o próprio lugar.

Para muitos residentes, o Parque lhes oferece a própria sobrevivência, na forma de habitação e atividade econômica.

Dessa realidade decorre um intenso conflito: enquanto órgãos de preservação empenham-se na vigilância e retirada das ocupações, com vistas à preservação do lugar e dos bens edificados, os moradores insistem em ocupar o território e construir novas moradias. O Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros-SUAPE que, na condição de ente estatal proprietário da área, tem a responsabilidade de assegurar o controle e vigilância do local, o faz com o apoio de agentes armados e motorizados que fiscalizam constantemente os limites do território. Quinzenalmente, em ação conjunta da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho com a Polícia Militar do Estado de Pernambuco, é realizado um controle para verificar a necessidade de pôr em prática ações demolitórias. (CONSELHO GESTOR DO PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE HOLANDA CAVALVANTI, 2017).

Em 2016, com o objetivo de preservar o patrimônio físico do território, a empresa SUAPE resolveu cercar uma área de 130 hectares do Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti. A iniciativa delimitou, com 6 km de cercas, uma parte da área do Parque na qual estão situados os bens edificados e ainda se observa uma ocupação mais esparsa. A esse perímetro deu-se o nome de Polígono de Proteção Rigorosa do Parque. Na visão do Complexo Industrial Portuário de Suape, o cercamento foi uma ação fundamental para evitar novas ocupações e conter a depredação dos bens edificados e degradação do meio ambiente (COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS-SUAPE, 2016).

Se para os órgãos públicos há algo que deve ser cercado e protegido, para os residentes o espaço deve ser ocupado e explorado. Por parte do poder público, as ações não têm conseguido corresponder aos anseios das pessoas pela apropriação do lugar. Em outras palavras, as ações não conseguem conciliar os interesses de residentes e gestores. Ao contrário, o conflito vem-se intensificando a cada dia.

A teoria da produção do espaço, desenvolvida por Henri Lefebvre, em 1973, ajuda-nos a compreender como o espaço é socialmente construído e como o conflito é um fator inerente ao processo de sua construção. Lapa e Zancheti (2012) consideram a Conservação Integrada como a gestão de mudanças. Por conseguinte, as alterações produzidas trazem consigo o conflito. Sendo assim, considerá-lo como

pressuposto da produção do espaço, segundo propôs Lefebvre (2000), pode fornecer melhores subsídios para a compreensão dos problemas.

Henri Lefebvre (2000) associou uma figura tridimensional à realidade social para explicar como o espaço é produzido. Para ele, existe a dimensão da prática social material, tomada como ponto de partida da vida e da análise; a dimensão do conhecimento, da linguagem e da escrita, por meio das quais o homem concebe, planeja e, conscientemente, intervém no espaço, e a dimensão que envolve poesia e simbolismos, constitutivos das identidades das pessoas e dos grupos. Desse modo, ele construiu a figura de uma “dialética tridimensional”.

Com base na Tríade Dialética de Lefebvre, a análise dos conflitos no Parque pode contribuir para dirimir dúvidas e lançar luz sobre os problemas. Para apreensão do território do Parque, é necessário atentar para as três dimensões do espaço teorizadas por Lefebvre (2000): o *percebido*, cujo aspecto pode ser apreendido por meio dos sentidos. Em outras palavras, trata-se do espaço como se apresenta a todos, residentes e visitantes, em seu aspecto físico-natural, suas edificações e sua infraestrutura; o *concebido*, que se refere ao espaço concebido e planejado, pois, afinal, o espaço não pode ser percebido enquanto tal sem ter sido concebido previamente em pensamento; e por fim, o *vivido*, muito mais que percebido, repleto de simbolismos que a história de um grupo social pode legar (SCHMID, 2012, p. 103).

Analisar o espaço produzido na área do Parque, a partir destas três dimensões, e considerá-las em constante interação, pode apontar aspectos ainda pouco trabalhados, mas, que são importantes na análise da realidade, assim como na formulação e implementação de políticas públicas para a conservação do lugar.

No subcapítulo anterior, o espaço do Parque foi apresentado segundo a dimensão do *espaço percebido*, destacando os seus aspectos físicos e territoriais. Entretanto, o espaço é também planejado e transformado pelos sujeitos. Trata-se de um aspecto intencional da transformação do espaço, mesmo que resulte de aspectos socioculturais complexos e difusos que envolvem os diversos grupos sociais. Esta é a segunda dimensão da dialética de Lefebvre (2000) – o *espaço concebido* – que assim como a primeira – o *percebido* – não pode ser observada de forma isolada. Mais que isso, não existe desconectada das demais.

As alterações do espaço se processam num ambiente de conflitos, pois atendem a distintos interesses. Os sujeitos, com conhecimento e ideologia, planejam e modificam o espaço. O *espaço percebido* decorre dialeticamente e em

conflito com as alterações do espaço, provocadas pelos sujeitos que as praticam. Para Schmid (2012) esta é uma observação constante na explicação de Lefebvre no que concerne à interface entre as dimensões. Segundo a autora,

A prática social material tomada como ponto de partida da vida e da análise constitui o primeiro momento. Ela permanece em contradição com o segundo momento: conhecimento, compreendido por Lefebvre como abstração, como poder concreto e como compulsão ou constrangimento (SHMID, 2012, p. 95).

É interessante perceber que o próprio Lefebvre já colocava como pressuposto o conflito entre essas dimensões, prevendo que, cedo ou tarde, as contradições apareceriam. No Parque, os planos e ações do poder público parecem não refletir os interesses dos residentes. Ao ser planejado, o espaço traz consigo uma lógica política que consolida os interesses de um grupo em detrimento de outro.

As representações do espaço seriam penetradas de saber (conhecimento e ideologia misturados) sempre relativo e em transformação. Elas seriam, portanto, objetivas, embora possam ser revistas. Verdadeiras ou Falsas? Abstratas, com certeza, as representações do espaço entram na prática social e política, as relações estabelecidas entre os objetos e as pessoas no espaço representado dependendo de uma lógica que o faz, cedo ou tarde, explodir incoerente (LEFEBVRE, 2000, p. 69).

Por fim, a análise não faz sentido sem que consideremos os aspectos culturais e afetivos que envolvem a prática social. Todo processo por meio do qual o espaço é percebido e modificado é entranhado de simbolismos e culturalidades que o influenciam, ao mesmo tempo em que transformam os sujeitos, individual e coletivamente. Aqui, trata-se da terceira dimensão apresentada por Lefebvre, sem a qual a análise do espaço não pode ser feita.

Os espaços de representação, vividos mais que concebidos, não constroem jamais a coerência, não mais que a coesão. Penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história de um povo e a de cada indivíduo pertencente a esse povo (LEFEBVRE, 2000, p. 70).

Essa dimensão aborda questões afetivas e culturais que envolvem a atribuição de valor a um bem, contribuindo para a construção de sua significância cultural. Em áreas históricas, como no caso estudado do PMAHC, a apreensão das memórias pode contribuir para compreender os processos de valoração dos bens por parte dos residentes e criar subsídios ao planejamento das ações. Aspectos

culturais que envolvem o espaço vivido podem ser determinantes para a forma como os sujeitos percebem o espaço e, conseqüentemente, transformam o lugar por meio de ações de planejamento e gestão. Uma vez compreendida essa dialética, podemos ter os elementos necessários para uma análise mais eficiente dos conflitos.

O caminho para equacionamento dos conflitos não advém exclusivamente da compreensão e intervenção no espaço vivido. O espaço vivido, que está carregado de afetividades e cultura, intrinsecamente relacionado à ação planejada no território e à própria prática espacial, leva os sujeitos a atribuírem valores aos bens. Assim, as três dimensões, longe de constituírem uma síntese, relacionam-se em permanente dialética, em conflito ou aproximações.

Esta compreensão requer que aprofundemos o conhecimento sobre a significância cultural do lugar para saber como se dá o processo de valoração dos atributos nele existentes. Isto remete ao conceito de memória, entendendo-o como lastro constitutivo da identidade dos grupos sociais, a partir do qual as pessoas atribuem valores aos bens. Esta reflexão pode apontar saídas para minimizar os conflitos, em vista da conservação do patrimônio. De maneira análoga, pode contribuir para o fortalecimento da identidade dos grupos com relação ao lugar e aos bens materiais e simbólicos.

A significância cultural dos bens patrimoniais e os processos de atribuição de valor

Desde a década de 1960, o termo *significância cultural* tem aparecido nas discussões e documentos a respeito da Conservação do Patrimônio Histórico. A Carta de Veneza, redigida durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em 1964, estabelece que o termo ‘monumento histórico’ se estende não só às grandes criações, mas também às obras modestas que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (ICOMOS, 1965).

Após a Carta de Veneza e as resoluções da 5ª Assembleia Geral do Conselho Internacional para os Monumentos e Sítios (ICOMOS), realizada em 1978, em Moscou, o ICOMOS da Austrália (The Australian National Committee of ICOMOS) adotou a Carta de Burra que definiu a significância cultural como o conjunto dos

valores estético, histórico, científico, social ou espiritual, para as gerações passadas, presentes ou futuras, os quais estão consubstanciados nos lugares, tecidos, assentamentos, usos, associações, registros, objetos e lugares relacionados (AUSTRÁLIA ICOMOS, 2013, Art. 1). Com base nesta definição, pode-se afirmar que a significância cultural expressa “o conjunto de valores que é o resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presentes de um objeto” (ZANCHETI; HIDAKA, 2010a, p. 12). Esse julgamento decorre de processos sociais informais, do cotidiano dos grupos sociais, materializando-se num documento formal que é a Declaração de Significância.

Para a referida Carta, a identificação da significância cultural é uma condição primária à gestão da conservação, devendo ser uma ferramenta para interpretação dos problemas e planejamento das ações. Além da institucionalização de procedimentos para sua identificação, a Carta de Burra aprofunda as questões subjetivas que envolvem os valores e a relação entre sujeitos e objetos.

Para Zancheti e Hidaka (2010a, p. 2), de acordo com o que está definido no documento, pode-se compreender a “Significância Cultural como sinônimo de Valor do Patrimônio”. Mesmo que seja atribuído num ambiente de divergência dos atores envolvidos, o valor é uma construção social que deve ser considerada como representativa de um desejo coletivo.

“O valor está presente em toda experiência humana” (CUNHA, 2017, p. 1). Dito de outra forma, não há como nos furtarmos ao ato de valorar.

O valor e a valoração são necessários como uma espécie de lei da natureza e da condição humana, mediante a qual não podemos nos recusar a entrar no jogo do valor, mesmo em ocasiões em que gostaríamos de nos furtar a ele ou suspendê-los. A necessidade do valor é, nesse sentido, mais semelhante à necessidade de respirar do que, digamos, à de ganhar a vida (CONNOR, 1994, p. 17).

Dada a importância que a significância cultural do patrimônio vem ganhando para o desenvolvimento de mecanismos de gestão da conservação de bens patrimoniais, a compreensão das questões socioculturais, relacionadas ao fenômeno de atribuição de valor, tornou-se imprescindível. Bezerra (2011) vê a questão dos valores patrimoniais como essencial para os processos de Conservação Integrada:

A importância que assumiu a questão dos valores patrimoniais no processo de conservação integrada abriu os horizontes para os objetivos da proteção ao focar aqueles como linha mestra

condutora dos procedimentos metodológicos para a conservação dos bens no momento presente e no futuro. Nesse sentido, pode-se compreender que a significância do patrimônio natural/cultural veio constituir o lastro conceitual para o desenvolvimento de mecanismos operacionais aplicados ao processo de conservação de bens dessa natureza. (BEZERRA, 2011, p. 298).

Os postulados de Alois Riegl, na publicação *O culto moderno dos monumentos*³, de 1903, foram pioneiros na análise sobre o valor. Refletindo sobre o culto aos monumentos, Riegl afirma não existir o valor artístico absoluto, mas sim um valor atribuído, no presente, pelo sujeito contemporâneo (RIEGL, 2014). Com tal afirmação, Riegl considera o valor como uma qualidade atribuída pelos sujeitos e não um atributo do objeto.

Muñoz Viñas (2004) também traz uma contribuição para a compreensão da significância cultural e quebra do paradigma do valor como atributo inerente ao objeto. O autor rompe com a ideia de que os objetos dignos de preservação são aqueles cujos tradicionais valores históricos e artísticos podem ser constatados através da inteireza de seus elementos físicos. Ele argumenta que os objetos são dignos de conservação quando representam os significados sociais e sentimentais de um grupo social. Os significados sociais são aqueles relacionados à intelectualidade, até então dogmáticos para adoção do bem como objeto de conservação (históricos, técnicos e artísticos); relacionados à identidade coletiva, quando se referem à cultura, modos, costumes; e à ideologia, quando estão relacionados às questões políticas. Por sua vez, os sentimentais referem-se às questões simbólicas relacionadas às memórias individuais e coletivas dos sujeitos. Em suma, para Viñas um objeto de conservação somente é considerado como tal, porque sujeitos, a princípio individualmente e posteriormente de forma coletiva, atribuem valores conferindo-lhe significância cultural (MUÑOZ VIÑAS, 2004).

Zancheti e Hidaka (2010b, p. 4) comungam da mesma linha de pensamento. Para eles, 'os valores não são coisas nem elementos das coisas, são uma qualidade, um adjetivo'. O sujeito interage com o objeto em determinados contextos sociais e os valores são determinados por essa relação de interação, do passado e do presente.

A compreensão de que o valor é algo atribuído aos objetos assim como o seu caráter dinâmico, em virtude do contexto e do tempo em que se encontram os sujeitos, contribuiu para o entendimento de que a significância cultural como instrumento de conservação seja algo a ser revisto periodicamente. Randal Mason (2004), em seu trabalho *Fixing historic preservation: a constructive critical*

significance critica o processo de identificação da significância e questiona o julgamento que prioriza os valores canônicos de história da arte, arquitetura e suas associações. O autor ainda ressalta a importância de ampliar a participação dos sujeitos, incorporando outros atores envolvidos além dos técnicos e especialistas.

Essa necessidade está presente também na versão mais recente da Carta de Burra, de 2013. Em seu artigo 26.4, o documento estabelece que as ‘declarações de significância cultural e política para o local devem ser revistas periodicamente’ (AUSTRÁLIA ICOMOS, 2013, p. 8, tradução nossa). Além disso, as ações de conservação nelas baseadas e suas consequências devem ser monitoradas para que seja possível fazer ajustes e propiciar melhor eficácia.

Diante de tais percepções, podemos dizer que a significância é um julgamento realizado, no presente, sobre significados passados e recentes. Devido ao aspecto temporal, sua construção perpassa diferentes contextos sociais e políticos. Portanto, a memória, ao congrega registros individuais e coletivos dos grupos sociais, apresenta-se como instrumento importante para construção da significância cultural.

A partir de uma análise crítica da Carta de Burra, Zancheti *et al.* (2009) sugerem uma redefinição do conceito de significância cultural. Os autores a definem como um ‘conjunto de valores identificáveis, resultantes do contínuo julgamento (passado e presente) e da validação social dos significados dos objetos’ (ZANCHETI *et al.*, 2009, p. 51, tradução nossa). Com base nesta crítica, observa-se que a significância inclui os valores do passado e do presente, inclusive os que ainda estão em disputa entre os atores envolvidos. Inclui os valores que, aparentemente, “não têm mais significado no presente, mas que ainda estão na memória dos sujeitos, e podem ser recordados por objetos de memória” (ZANCHETI *et al.*, p. 51, tradução nossa).

Esta abordagem da significância requer o aprofundamento do conceito de memória e sua capacidade enquanto fundamento sociocultural para que os sujeitos atribuam valor aos objetos, elevando-os à situação de bens da conservação.

A memória como lastro para atribuição de valor

O aprofundamento sobre o conceito de memória e sua capacidade, enquanto lastro para o processo de atribuição de valor pode contribuir para a construção das

declarações de significância cultural e, conseqüentemente, para as ações de Conservação. Esta percepção é reforçada por Barretto (2003) quando afirma que o planejamento em áreas históricas e culturais poderia ser mais bem resolvido com a contribuição de pesquisas socioantropológicas.

Para melhor compreender os motivos que levam os sujeitos a apropriar-se dos objetos, adotando-os como patrimônio, o conceito de memória, sobre o qual se pautam os estudos antropológicos, pode ser de grande auxílio.

Ao construir sua teoria sobre as memórias, Halbwachs (1990) argumentou que, apesar de construídas a partir das experiências individuais de cada sujeito, as memórias são formatadas em um contexto social no qual as relações estabelecidas entre os indivíduos também a influenciam. Por outro lado, a associação das memórias dos diversos indivíduos que se identificam em certos grupos sociais, conforma a memória daquela coletividade. Este ambiente de relações que aproximam as pessoas foi denominado por Halbwachs de “comunidade afetiva”.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos recordam possa ser construída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 1990 p. 34).

Para Cunha,

Não basta que indivíduos se identifiquem individualmente com um bem, mas que se auxiliem com as memórias de outros, construindo a memória de um grupo. É nesse contexto que os grupos se identificam, conformando uma cultura comum. Com lastro nessa cultura é que são feitas, no presente, as escolhas do que se deve legar às gerações futuras. (CUNHA, 2017, p. 6).

Silva (2000) relacionou o fenômeno das escolhas com a própria noção de patrimônio. Para a autora, ‘aquilo que é ou não é patrimônio, depende do que, para um determinado coletivo humano, num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras’ (SILVA, 2000, p. 218).

Se existe um período temporal durante o qual um coletivo humano, baseado em suas memórias, realiza seus julgamentos e escolhe o que deve ser legado às futuras gerações, pergunta-se, no caso do nosso objeto empírico de análise, se as memórias que elevaram o Parque Armando de Holanda Cavalcanti a patrimônio,

ainda permanecem, no presente, satisfazendo os interesses atuais. Será que os valores históricos e artísticos que motivaram as iniciativas protecionistas permanecem inalterados segundo a percepção de gestores e residentes?

Para Alöis Riegl (2014), há uma dúplici historicidade entre a formulação da obra e o momento presente de sua fruição. Riegl sugere um embate entre a intencionalidade do período da criação da obra e o que ela desperta no espectador em outro momento histórico, dotado de outra intencionalidade. Dessa percepção, Riegl criou a expressão *Kunstwollen*, ou vontade artística, para explicar a dinamicidade do valor atribuído a uma obra, assim como a tensão entre os valores do presente e do passado.

Nos dias atuais, tem-se percebido uma busca incessante pelo registro da história com a qual uma população se identifica. Para Pierre Nora (1993), existe certa obsessão em arquivar o que marca a nossa contemporaneidade. Na busca por registros da memória, imutáveis de um tempo passado, para serem lembrados no presente, os lugares de memória transformam-se em lugares de história. Na contemporaneidade, tais lugares podem parecer sem vida, sem expressão nem significados para os grupos que não apenas com eles, mas, por eles, já não se identificam. Dessa maneira, Nora reconhece o aspecto contraditório, apresentado por Riegl, entre o valor do monumento atribuído no passado e o que é atribuído no presente. Os fatos históricos e monumentos que conformam os lugares, denominados como lugares de história, quando objetos de uma Conservação pautada apenas nos valores artísticos e históricos, consolidam a memória coletiva que, num determinado período, torna-se hegemônica. Nesse caso, não são mais lugares de memória, mas de história.

Tudo o que é chamado hoje de memória, não é, portanto, memória, mas já história (...) a memória, transformada por sua passagem em história, que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea: psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante. (NORA, 1993, p. 14).

A História tem a necessidade de ser hegemônica, representando a memória oficial de grupos distintamente identificados, através de um processo intelectual e crítico que homogeneiza os fatos. Essa homogeneização é criticada por Lefebvre na construção da sua Tríade Dialética. Para o autor, as transformações planejadas no ambiente são padronizações de interesses distintos e, portanto, cedo ou tarde se

revelarão conflituosas (Lefebvre, 2000).

Sobre este aspecto, o trabalho de Pollak (1989), a respeito das memórias em disputa, ajuda-nos a compreender o conflito entre o *espaço concebido* e os interesses dos diversos atores. Para ele, ao se estabelecer uma história oficial, algumas memórias são resguardadas. Na busca por fortalecimento, tendem a se recolher, aguardando um momento propício para aflorar novamente. Isso significa dizer que a memória não se apaga, ou morre, pelo contrário, poderíamos dizer que tem outra história para contar (POLLAK, 1989).

Ao refletir sobre indicadores para medir o estado de conservação dos sítios patrimoniais, Zancheti e Hidaka (2010a) compartilham o mesmo pensamento. Para eles, devemos considerar que valores são sempre definidos uns em relação a outros. Para que um valor se sobressaia, outros são postos em segundo plano.

Com base nesse pensamento, pode-se refletir sobre a existência de uma nova realidade socioespacial propícia à disputa. As memórias afloram conforme novos interesses dos distintos grupos sociais. Poderíamos pensar na construção de uma nova história para o Parque? Nora (1993) aponta para a possibilidade de revitalização da memória.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Ao considerar a memória como algo em permanente evolução, sujeita a repentinas revitalizações, sejam elas em função de aspectos individuais, culturais ou políticos, Nora (1993) nos oferece um arcabouço teórico que nos permite acreditar numa possível ressignificação dos bens e atribuição de novos valores.

Esta é uma possibilidade ainda não cogitada para o Parque Armando de Holanda Cavalcanti. Diante da nova realidade sócio-econômica, política e urbana na qual o Parque está inserido, diferente daquela à época da sua institucionalização, poder-se-ia encontrar valores descontextualizados da significância cultural que ainda se tenta preservar? Seria possível, como argumentou Nora (1993), ressignificar os objetos e construir uma nova história a preservar?

Considerações finais

Amplamente utilizado na psicologia, o termo *ressignificação* é associado à ação de atribuir um novo significado a algo ou alguém. Ele está relacionado ao processo da neolinguística que faz com que as pessoas possam dar novos significados a acontecimentos da vida, a partir de uma mudança na percepção do mundo.

No âmbito da Conservação Integrada, ainda que a *ressignificação* não seja utilizada enquanto conceito construído, os estudos contemporâneos sobre a significância cultural e sua importância para estratégias de gestão têm apontado para a possibilidade desta construção. Assim sendo, as reflexões, ora apresentadas, sobre o processo de atribuição de valor aos bens em questão, com base nas memórias individuais e coletivas, tiveram como finalidade construir argumentos para fortalecer o conceito de *Ressignificação Cultural* aplicado à Conservação Urbana.

As memórias mostram-se dinâmicas e susceptíveis a constantes revitalizações. O mesmo ocorre com a significância cultural dos sítios históricos. No caso de sítios urbanos, como o Parque Armando de Holanda, repleto de conflitos inerentes ao uso e gestão do solo, especialmente quanto à habitação e atividades produtivas, o ambiente mostra-se propício a tais revitalizações. Nos dias de hoje, os valores atribuídos à época de sua institucionalização, nos dias de hoje, certamente sofreram alterações. Com base no pensamento de Lefebvre (2000), o espaço ora estudado foi produzido e transformado segundo um processo dialético e permanente, em seus aspectos *percebido, concebido e vivido*. O conflito, inerente ao espaço que é objeto da presente investigação, evidencia o aspecto dinâmico da significância cultural e a periodicidade com que ela deve ser revista, já que os interesses se ajustam rapidamente à realidade social e política do território.

O desafio contemporâneo da Conservação Urbana Integrada termina não sendo a manutenção *da* significância, mas sim a manutenção *de* significância. Em outras palavras, a preservação dos atributos físicos e simbólicos, ainda existentes no Parque, pode representar uma estratégia para garantir às gerações futuras a possibilidade de realizarem seus próprios julgamentos e atribuírem valor e significado, de conformidade com seus contextos sociais. Não obstante, por mais relevantes que se apresentem o valor e o significado atribuídos aos bens em questão, em um determinado momento da História, há que se considerar que o

juízo desses atributos se dá com base nas memórias dos grupos sociais a eles relacionados, resultando em valores que avançam em permanente ressignificação.

NOTAS

1. Processo de Tombamento n. 166/1982, da Fundação de Arte e Cultura de Pernambuco - FUNDARPE. O processo agrupa uma compilação de documentos, dentre os quais se encontram pareceres e comunicações oficiais. As partes citadas encontram-se no Exame Técnico, p.51-140, cujos relatos são de autoria do historiador José Antônio Gonçalves de Melo.
2. Processo de tombamento n. 619, de 1961, intitulado *Convento Carmelita: ruínas e Igreja de Nossa Senhora de Nazaré*.
3. Obra publicada em alemão, com o título *Der Moderne Denkmalkultus*. Neste trabalho, tomamos como referência a obra traduzida para o português, em 2014, pela Editora Perspectiva.

REFERÊNCIAS

AUSTRÁLIA ICOMOS. *The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*, 2013. Disponível em: <http://australia.icomos.org/burra.html>. Acesso em: 7 nov. 2018.

BARRETTO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, 2003.

BEZERRA, Onilda Gomes. *Conservação do Patrimônio natural/cultural: um sistema de indicadores para o monitoramento da conservação da significância dos parques nacionais brasileiros patrimônios da humanidade*. Recife, 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS-SUAPE. *Suape cerca Parque Metropolitano Armando de Holanda*. 09 jun. 2016. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/810-suape-cerca-parque-metropolitano-armando-holanda>. Acesso em: 20 dez. 2016.

CONNOR, Steven. *Teoria e valor cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1994.

CONSELHO GESTOR DO PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE HOLANDA CAVALVANTI. Reunião Ordinária do Conselho Gestor [Atas], abril, 2017. Arquivos digitais.

CUNHA, P. J. A. M. Limites e possibilidades da conservação de parques históricos: uma reflexão com foco na valoração dos bens culturais pelos residentes. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. *Anais do XVII ENANPUR*. v. 17, n. 1. São Paulo: Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional, 2017. Disponível em:

<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/download/2122/2101/>. Acesso em: 1º mar. 2018.

FUNDARPE. *Processo de Tombamento n. 166/1982*. Processo de Tombamento do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape. Recife: FUNDARPE, 1982.

GUIMARÃES, T. O. *Geoconservação: mapeamento, descrição e propostas de divulgação de trilhas geoturísticas no Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, Cabo de Santo Agostinho-PE, Brasil*. Recife, 2013. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Centro de Tecnologia e Geociências, Universidade Federal de Pernambuco.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

ICOMOS. *The Venice Charter for the conservation and restoration of monuments and sites (The Venice Charter 1964)*. Paris: ICOMOS, 1965. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/venice_e.pdf. Acesso em: 24 maio 2012.

LAPA, T. A.; ZANCHETI, S. M.. Conservação Integrada: evolução conceitual. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes. *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 15 abr. 2018.

MASON, Randall. Fixing historic preservation: a constructive critique of “significance”. *Places, a Forum of Environmental Design*, California, v. 16, n. 1, p. 64-71, 2004. Disponível em: places-journal.org/issues/issue.php?volume=16&issue=1. Acesso em: 10 jan. 2015.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Teoría contemporánea de la restauración*. Madri: Síntesis, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 10 jan. 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP*, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012. Disponível em: <http://www.journals.usp.br>. Acesso em: 1º out. 2017.

SILVA, E. P. Patrimônio e identidade: Os desafios do turismo cultural. *Revista Antropológicas da Universidade Fernando Pessoa*, Porto, n. 4, p. 217-224, 2000.

ZANCHETI, S. M. *et al.* Judgement and validation in the Burra Charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage. *City & Time*, Olinda, v. 4, n. 2:5, 2009. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2009/CT-2009-146.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2009.

ZANCHETI, S. M.; HIDAKA, L. *A construção da significância cultural das cidades patrimônio da humanidade*. Conference: 1º Colóquio Ibero-Americano Paisagem cultural, patrimônio e projeto: desafios e perspectivas, at Belo Horizonte. Agosto 2010a. Disponível em: <https://>

www.researchgate.net/publication/306442460_A_CONSTRUCAO_DA_SIGNIFICANCIA_CULTURAL_DAS_CIDADES_PATRIMONIO_DA_HUMANIDADE. Acesso em: 7 nov. 2018.

ZANCHETI, S. M.; HIDAKA, L. Indicador para medir o estado de conservação dos sítios urbanos patrimoniais: teoria e estrutura. In: ZANCHETI, Sílvio Mendes; HIDAKA, Lúcia. *Indicadores de conservação e sustentabilidade da cidade patrimonial*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada-CECI, 2010b.

Paulo José de Albuquerque Marques da Cunha é Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Doutorando em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Governo da Fundação Joaquim Nabuco e Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFPE.

Tomás de Albuquerque Lapa é Professor Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Estágio Pós-Doutoral sênior no International Center for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), em Roma, Itália. Doutor em Geografia pela Universidade de Paris I – Pantheon Sorbonne. Graduado em Geografia pela UFPE. Coordenador do Laboratório de Estudos Periurbanos (LEPUR).

Como citar:

CUNHA, Paulo José de Albuquerque Marques da; LAPA, Tomás de Albuquerque. Contribuições da memória para a gestão da conservação: o caso do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti em Pernambuco, Brasil. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 1, p. 162-181, jan./jun. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br.